



A narrativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto entre a ação direta e a disputa eleitoral¹

Philippe Scerb²

Resumo: Conforme o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto se envolve em disputas eleitorais, assume-se que a organização tem abandonado um repertório de ação radical e pautado na luta direta contra o Estado. Neste texto, é questionada a capacidade de perspectivas analíticas informadas pela noção de *frame* de apreender a ambiguidade que marca a prática e o discurso do movimento. Por meio, sobretudo, da análise de material primário, este trabalho busca mostrar como a narrativa do MTST, entre 2013 e 2017, foi capaz de articular táticas geralmente percebidas como antagônicas, como a ação direta e a representação político-institucional.

Palavras-chave: Movimentos sociais; MTST; representação; participação; narrativas

The narrative of the Homeless Workers Movement MTST between direct action and electoral campaigns

Abstract: *As the homeless workers' movement (MTST) gets involved in electoral campaigns, it is assumed that the organization has abandoned a repertoire of radical action guided by direct struggle against the state. This text questions the ability of analytical perspectives informed by the notion of frame to grasp the ambiguity that marks the movement's practice and discourse. Above all through the analysis of primary material this paper seeks to show how the MTST's narrative, between 2013 and 2017, was able to articulate tactics generally perceived as antagonistic, such as direct action and political-institutional representation.*

Keywords: *Social movements; MTST; representation; participation; narratives*

La narrativa del Movimiento de Trabajadores sin Techo entre la acción directa y la disputa electoral

Resumen: A medida que el Movimiento de Trabajadores Sin Techo se involucra en disputas electorales, se asume que la organización ha abandonado un repertorio de acción radical y basado en la lucha directa contra el Estado. En este texto se cuestiona la capacidad de las perspectivas analíticas informadas por la noción de *frame* para aprehender la ambigüedad que marca la práctica y el discurso del movimiento. A través, principalmente, del análisis de material primario, este trabajo busca mostrar cómo la narrativa del MTST, entre 2013 y 2017, fue capaz de articular tácticas generalmente percibidas como antagónicas, como la acción directa y la representación político-institucional.

Palabras clave: Movimientos sociales; MTST; representación; participación; narrativas

¹ Este trabalho contou com o apoio da CAPES/Proex

² Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil - pscerb@gmail.com
 - <https://orcid.org/0000-0003-0224-1302>

INTRODUÇÃO

De mudanças de regime à eleição de candidatos desprovidos de vínculos prévios com o mundo político, passando por variadas formas de protesto, o que outrora respondeu pelo nome de crise da representação e atualmente tem sido chamado de crise da democracia vem servindo como causa explicativa para acontecimentos dos mais diversos, ao redor do mundo. No Brasil, a constatação do sentimento de desconfiança em relação às instituições representativas tem como marco fundamental as manifestações de junho de 2013. Desde então, o esgotamento dos atores e das práticas tradicionais da política parece ser a base de partida para qualquer avaliação da situação política do país. Nesse cenário, em que segmentos importantes da sociedade identificaram a saída virtuosa para a crise no âmbito da participação direta, da política destituída de intermediação formal, organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ganharam proeminência. O que se deu por sua capacidade de mobilização popular aliada a uma ação política percebida como fundamentalmente extrainstitucional. Céticos quanto à possibilidade de transformação social pela via institucional viram, então, em atores como o MTST a renovação de suas esperanças progressistas.

No entanto, desde o momento em que o MTST atraiu a atenção desses olhares, o movimento tem caminhado, em passos tortuosos e velocidade instável, no sentido da aproximação com a disputa eleitoral e práticas abertamente representativas. Além de decepcionar alguns, esse avanço em direção à política mais convencional é geralmente percebido como uma virada na estratégia do movimento, um gesto decisivo para a passagem de um lado da fronteira que separa os mundos social e político, para o outro. E independentemente da forte dimensão normativa cara ao debate, o fenômeno tenderia a ser analisado por perspectivas com enfoques distintos. De um lado, predominariam considerações estruturais. O acúmulo de força material e simbólica do movimento e o desgaste de organizações de esquerda tradicionais, em meio a uma reconfiguração das relações de produção em que interesses mais difusos fazem da participação um lastro de legitimidade necessário para a representação (Hutter et al., 2018), favoreceriam sobremaneira o envolvimento do MTST com a política institucional – mesmo que sobre bases inovadoras. Por outro lado, observações mais atentas à dimensão da agência tenderiam a seguir o esquema apresentado acima, que aponta para uma virada completa na ação do movimento e sugere, então, algum tipo de justificativa estratégica por parte de seus dirigentes. Próxima do registro do *frame*, ou do enquadramento interpretativo (Benford e Snow, 2000), uma compreensão nesses termos se ancora em uma lógica disjuntiva de prática e discurso político. Ao abandonar o confronto aberto com o Estado e abraçar a disputa eleitoral, o quadro cognitivo por meio do qual se explicam a realidade e a ação política deveria ser, afinal, reajustado.

Ambas as perspectivas são, contudo, problemáticas para entender o processo de transformação das práticas e do discurso do MTST, nos últimos anos. Em termos gerais, a primeira negligencia a importância do agente e de como ele apresenta retoricamente suas ações e seus objetivos. O que é crucial para compreender a forma pela qual uma relação de representação é estabelecida, sobretudo em circunstâncias marcadas pelos limites de identidades globalizantes para conformar um ator e um projeto político. A linguagem, composta de símbolos, narrativas e quadros interpretativos imbuídos de oposições binárias e sentimentos de injustiça (Gamson, 1992) é hoje, mais do que foi no século passado, incontornável para qualquer força política (Laclau e Mouffe, 2009). Já a segunda, a despeito da atenção que confere às dimensões simbólicas e de agência, esbarra em uma série de problemas. Pois a análise calcada no *frame* negligencia o processo e a importância das histórias contadas pelos ativistas para a construção permanente da identidade do grupo, como argumenta Polletta (1998). É verdade que a heterogênea abordagem apoiada no conceito de enquadramento interpretativo, inspirada em boa medida nos trabalhos de Goffmann (2012), abre possibilidades notáveis para o estudo dos movimentos sociais em diferentes contextos e perspectivas, como registraram Silva, Cotanda e Pereira (2017). No entanto, geralmente associada a um conjunto estanque de valores e crenças, ela obedece a uma lógica rígida de dualidade, que prescinde da interpretação por parte dos interlocutores.

O enfoque proposto por Francesca Polletta (1998; 2006), cujo centro é ocupado pelo conceito de narrativa, com efeito, oferece importantes vantagens para a compreensão do caso em vista. Além de permitir a consideração das dimensões estruturais e de agência que envolvem fenômenos desse tipo, o registro da narrativa concilia a análise empírica com o sentido estratégico vislumbrado pelos ativistas. Ele evita o caráter a-histórico comum ao *frame* para entender a formação de identidades, pois insere a ação dos atores em uma sequência mais ampla de eventos, com começo, meio e fim, e lhes atribui inteligibilidade e sentido. Por outro lado, os eventos não são conectados de forma necessariamente lógica e previsível, o que pode implicar um elemento moral e não meramente consequencial para o seu encadeamento. Enquanto o caráter estanque e dual dos enquadramentos interpretativos corresponde a convenções bem estabelecidas, a narrativa não ignora o que Polletta chama de cânones. Pelo contrário, as narrativas são recebidas e consideradas apenas em função de sua convergência com determinados padrões e compreensões culturais dominantes. Contudo, o poder de mobilização das narrativas é condicionado pela polivalência de palavras ou estórias e a sua eventual adesão popular. Em outras palavras, a ambiguidade das narrativas, em oposição à natureza bem definida e imóvel do *frame*, serve aos ativistas para reformar ou diluir conjuntos estabelecidos de crenças e legitimar suas ações aos olhos de sua base ou do público em geral. De tal maneira que elas ganham um dinamismo e uma flexibilidade centrais ao seu desenvolvimento e que devem ser percebidos pelo analista. A abordagem defendida por Polletta incorpora, ainda, a preocupação pós-estruturalista com a linguagem, embora ela esteja sempre orientada pela ação e constrangida pela estrutura.

Assumindo, portanto, que o arcabouço conceitual organizado em torno da noção de narrativa é mais profícuo do que os esquemas mais difundidos na literatura sobre movimentos sociais, sustentados no conceito de *frame*, para a compreensão de um processo em constante relação com transformações estruturais, é a partir dele que analisaremos o objeto deste texto. A saber, a evolução recente do discurso e da prática do MTST, especialmente entre os anos de 2013 e 2017, às vésperas da candidatura de Guilherme Boulos à presidência. Não se trata de explicar as mudanças, mas de examinar esse processo incremental e chamar a atenção para a ambiguidade que marca a narrativa do movimento. Com um esforço apoiado, notadamente, em documentos produzidos pelo MTST, matérias do jornal Folha de S.Paulo e entrevistas concedidas por Boulos, pretende-se contribuir para a compreensão da sua passagem de um movimento de moradia com reivindicações imediatas a um ator relevante no cenário político brasileiro.

Anticapitalismo na sombra do lulismo

Em dezembro de 2017, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto comemorou seus 20 anos de existência com um evento que reuniu artistas como Caetano Veloso, Criolo e Sônia Braga, além de milhares de pessoas, no Largo da Batata, em São Paulo. A proporção da festa, que reflete o tamanho adquirido pelo movimento nos últimos anos, contrasta com uma pergunta frequentemente ouvida por seus militantes: onde esteve o MTST durante esses 20 anos? Afinal, pouco se tem notícia de ocupações ou grandes atos do movimento antes de 2013 ou 2014. De fato, criado em 1997 como o braço urbano do MST, o movimento pouco apareceu na mídia entre 2003, quando rompeu os laços com o movimento sem-terra, e 2013. Levantamento no acervo impresso da Folha de S.Paulo mostra que, nesse período, ele foi objeto de 155 aparições no jornal. Parte significativa delas no próprio ano de 2003, quando, em meio a uma ocupação em São Bernardo do Campo, o movimento não cedeu às diretrizes do MST e foi intransigente nas tratativas com o poder público, chegando a organizar, inclusive, atos em frente à residência do então presidente da República.

Essa escolha ilustra bem o que foi e o que fez o movimento durante as gestões do PT à frente do governo federal. À sombra do lulismo e da hegemonia petista em torno da qual orbitaram as principais forças sociais progressistas, o MTST se colocou como organização autônoma e exercia, pela esquerda, a crítica à conciliação de classes por meio de ações diretas e da organização de trabalhadores precários

nas periferias das grandes cidades, sobretudo São Paulo. Nesse período, o movimento se notabilizou por ocupações de terrenos e performances sustentadas pela retórica do anticapitalismo e do confronto ao Estado, visto, no contexto urbano, como instrumento do capital imobiliário. Programas como o Minha Casa Minha Vida seriam expressão clara disso, no sentido de que favoreciam empreiteiras em momento de instabilidade econômica e não resolviam o problema estrutural da expulsão dos trabalhadores dos centros em direção às periferias, cada vez mais distantes (Boulos, 2015a). A essência da luta do MTST se dava por fora e contra o Estado, como indica a apresentação do movimento e de seus objetivos na cartilha do militante (MTST, 2015)³ e de maneira alternativa aos diferentes repertórios de interação Estado-sociedade, mais ou menos cooperativos, que predominaram na relação entre os movimentos sociais e os governos federais petistas descritos por Abers, Serafim e Tatagiba (2014).

Ao defender o MTST como genuíno expoente da esquerda anticapitalista em tese de 2011, Débora Goulart (2011)⁴ tinha como critério de fundo o confronto direto com o Estado e a rejeição da via institucional como caminho de transformação social. O MTST surge no texto, marcado por importante carga normativa, como alternativa ao reformismo e ao pacto com as classes dominantes típicos do petismo. É interessante perceber como essas duas escolhas aparecem vinculadas na elaboração de Goulart. Diferentemente de outras organizações de esquerda, aponta ela:

“O MTST concebe o Estado como um instrumento do capitalismo que ‘não tem condições de transformar as relações sociais de dominação, podendo no máximo mediá-las’ (Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, s/d), por isso, impede que seus militantes sejam candidatos, tanto como forma de evitar a cooptação e/ou acomodação no aparelho estatal, como por entender que há um desgaste da representação parlamentar entre sua base social, que a associa com corrupção e privilégios” (Goulart, 2011: 206).

É central, na análise de Goulart, o sentido atribuído ao repertório de ação do MTST, composto por marchas, trancamento de vias, ocupação de prédios do governo e a ocupação de terrenos nas periferias urbanas. Em um momento em que conquistas sociais são obtidas pela negociação em gabinetes de Brasília e constrangidas pelos interesses do capital, o MTST seria capaz de expressar uma “crítica ao Estado capitalista e apontar para formas políticas realmente democráticas” de organização (Goulart, 2011: 74). O que se daria por meio do recurso à luta direta como “forma prioritária de ação, pois não se centra na negociação e inserção nos espaços estatais” (Idem).

A participação direta, entendida como alternativa virtuosa a uma representação eleitoral associada à institucionalidade liberal, é conectada na narrativa do MTST com a ideia de poder popular, que se exerceria sem mediações estatais. Ao rejeitar o envolvimento com a disputa eleitoral, o MTST reivindicaria, nas palavras de Goulart, uma democracia autêntica, que busca “superar a democracia apenas por representação, com suas limitações, além de colocar a perspectiva de relações sociopolíticas baseadas no trabalho coletivo, na igualdade significativa e na liberdade de atuação” (Goulart, 2017). Recusa-se, ademais, qualquer engajamento em instâncias participativas, como os conselhos criados nos governos petistas, considerados “espaços de negociação que se pautam na agenda dos governos e não dos movimentos sociais, e também porque cria uma vinculação que enfraquece as ações de pressão sobre o Estado” (idem). Aqui, cumpre registrar que a noção de participação direta empregada neste texto se distingue da sua apreensão mais convencional na literatura da Ciência Política, que compreende o engajamento de atores da sociedade civil nas chamadas instituições participativas, como Conselhos e Conferências. Ao falar de participação direta, fazemos referência a processos de mobilização popular que correm à margem dos espaços criados e regulados pelo poder instituído - geralmente, num registro de conflito com o Estado.

Em relação às formas de ação do movimento, sua cartilha diz o seguinte:

3 Apesar de a última versão da Cartilha de Princípios ter sido impressa em 2015, o texto é o mesmo daquela de 2009

4 É importante registrar que a tese é apontada por Boulos (2015a) como uma das principais referências sobre o MTST.

“As formas de atuação do MTST estão centradas na luta direta contra nossos inimigos. Isto é importante porque nos diferencia da maioria dos movimentos urbanos, que optaram por focar suas ações na participação institucional: negociações de projeto com o Estado, participação em Conselhos e parcerias com os governos” (MTST, 2015: 8).

A conquista de direitos sociais é percebida pelo movimento como fruto do antagonismo inerente ao capitalismo. Em contraposição a organizações que viam na participação institucional uma via determinante para alcançar a cidadania, o MTST se apoiaria numa concepção que Goulart (2011: 218) chama de “classista, antineoliberal e anticapitalista”, que abandona o “projeto participativo democratizante” e se distancia de qualquer otimismo reformista. Assumir o aparato estatal como interlocutor, na demanda por serviços públicos e direitos sociais, não significa abrir mão de uma postura revolucionária. Com efeito, frente às transformações do modo de produção capitalista, que retira do horizonte o antagonismo automático entre capital e trabalho, reivindicações como aquela por moradia devem ter seu potencial valorizado pela esquerda. E a despeito de se voltarem para o Estado e de se localizarem fora das relações de trabalho, essas lutas adquirem sentido anticapitalista, na medida em que os direitos não podem ser atendidos integralmente. Experiências históricas na América Latina, com movimentos como os de El Alto, na Bolívia, e dos piqueteiros argentinos, aliás, reforçam a importância da organização popular a partir do território.

Pelo que foi descrito até aqui e ao menos durante o período que compreende os dois governos Lula, o MTST parece ter cultivado um repertório de ação focado no confronto direto com o Estado e uma retórica de corte radical, apoiada na crítica de estratégias reformistas adotadas por outras forças de esquerda. De tal modo que a abordagem do *frame* seria suficiente para apreender as práticas discursivas do movimento, já que ele se colocaria em oposição ao quadro interpretativo estabelecido pelo petismo e seria delimitado por um conjunto claro de valores, ligados à mobilização popular e à luta por fora e contra o Estado. É o que leva a pensar, de fato, uma leitura acrítica de textos como a tese de Goulart, documentos produzidos pelo movimento e relatos de suas ações, como aqueles oferecidos pela mídia. Nesse período, as matérias sobre o MTST na Folha de S.Paulo versam todas sobre protestos violentos e ocupações de terrenos.

Não obstante, esses mesmos registros evidenciam aspectos ambivalentes, ou simplesmente menos estanques, da prática e das narrativas do movimento. Goulart, ao colocar o MTST como alternativa imediata ao PT e organizações como a CUT, que “mudaram de lado e se aliaram com a burguesia” (2011: 210), descreve o esforço do movimento em articular alianças por meio da construção da CSP-Conlutas e da Frente de Resistência Urbana. Ora, para além de uma tentativa de articulação da esquerda sindical e dos movimentos populares, é sabido que a CSP-Conlutas tinha como grande fiador político o PSTU, que, apesar de pouco expressivo em termos eleitorais, ambicionava alguma incidência política-institucional. A própria reivindicação de reforma por parte da Frente de Resistência Urbana, que procurava estabelecer vínculos entre distintas organizações, revela alguma disposição em influenciar a tomada de decisão dos agentes públicos.

No início do primeiro governo Dilma, aliás, o movimento começa a despontar publicamente para além de seu âmbito de ação costumeiro. Em 2011, Guilherme Boulos, apresentado como militante do MTST, da Frente de Resistência Urbana e da CSP-Conlutas, assina um artigo no espaço de opinião da Folha em que critica a realização da Copa do Mundo no Brasil. O tom ainda é de crítica frontal à gestão federal petista, mas a cobrança por determinadas medidas da parte dos agentes públicos abre margem para caminhos de maior cooperação entre movimento e Estado. O que fica evidente em matéria de 5 de setembro de 2012, na Folha, em que Boulos clama por negociação - pedido que parece contraditório em relação à foto que ilustra a matéria, em que pneus em chamas interditam a rodovia Régis Bittencourt.

Ou seja, se a narrativa do MTST no extenso período tem tom radical, privilegia a luta por fora do

Estado, veta candidaturas a cargos públicos e o envolvimento em instâncias participativas, alguma ambiguidade já pode ser vislumbrada na disposição à negociação e na articulação de alianças que envolvem, em alguma medida, partidos políticos. A estratégia já parece menos unidimensional do que uma primeira avaliação sugeriria. E a complexidade aumentaria, ainda mais, a partir de 2013, prejudicando visões estanques e atreladas a um conjunto fixo de valores, como aqueles que opõem normativamente participação e representação política.

Um Protagonista “Natural” de um Novo Campo?

Apesar de focar suas atenções nas narrativas dos atores e nas respectivas implicações sobre suas práticas, a abordagem sugerida por Polletta (1998; 2006) não ignora, como faz a maior parte da contribuição pós-estruturalista, transformações de ordem estrutural no estudo dos movimentos sociais. A autora reconhece que discursos não são desenvolvidos no vácuo e que a percepção dinâmica dos atores acerca da configuração dos conflitos e da distribuição de poder em uma dada sociedade informa a elaboração e a veiculação das narrativas. Apesar de não mobilizar explicitamente conceitos como o de estrutura de oportunidades e ameaças (McAdam et al., 2001), seu quadro conceitual-analítico é permeável a considerações estruturais acerca da ação dos movimentos sociais. Com efeito, seria impossível entender a atuação prática e discursiva de qualquer movimento social no Brasil, nos dias de hoje, sem reconhecer junho de 2013 como um marco elementar. O que não significa, contudo, atribuir mecanicamente ao contexto a ampliação das mobilizações de determinados movimentos e seu respectivo efeito político. O caso do MTST ilustra com propriedade a necessidade de uma apreensão que articule as dimensões estrutural e de agência para a compreensão de práticas de confronto e cooperação. Afinal, se 2013 aparece como uma oportunidade para aprofundar a mobilização e as conquistas do movimento, ela só se concretiza com a redefinição de sua organização e de sua estratégia, em processo incremental em que a ampliação do repertório e das ambições políticas do movimento são elementos centrais. Se objetivos renovados eram colocados no horizonte, a narrativa tradicional ganhava outros contornos, mas não deixava de constranger o impulso por inovação numa clara demonstração de interdependência entre ambas.

Até julho, o MTST não tinha sido objeto de nenhuma matéria da Folha de S.Paulo, no ano de 2013. Entre julho e dezembro, há 15 referências ao movimento, número superior a todos os anos anteriores - com exceção de 2003 e 2004, com 16 matérias cada um. No embalo dos atos pela redução da tarifa dos transportes e do recuo da prefeitura e do governo do estado de São Paulo, o MTST organiza protestos na periferia da capital em apoio ao Movimento Passe Livre e por demandas vinculadas à sua pauta específica. Em 26 de junho, a Folha noticia a conquista, em função de atos do movimento, de aumento na bolsa aluguel, concedida pelo governo estadual. Entre o fim de junho e o início de setembro, o jornal registra um número considerável de atos do MTST marcados por ações disruptivas, como o bloqueio da Marginal Pinheiros⁵, por reivindicações ligadas às suas ocupações, mas também em apoio à greve dos metroviários e contra o cartel do metrô⁶. Em 9 de setembro, o jornal noticiava: “Cidade tem onda de invasões de sem-teto na gestão Haddad”⁷. Entrevistado, Guilherme Boulos sugeria: “As ocupações devem aumentar na próxima semana”. Em 12 de dezembro, depois de ato que se dirigiu à Prefeitura e diante da recusa de Haddad em receber o movimento, Boulos anunciava: “nós vamos encher essa cidade de lona preta” e dizia à reportagem da Folha que “se a gestão Haddad queria um inimigo, ela conseguiu”⁸. O motivo dessa onda de ocupações, ocorrida na sequência das manifestações de junho, seria objetivo para o movimento: a falta de escolha de famílias diante da crescente inflação do aluguel. É o que afirmava Boulos em artigo publicado na edição de 27 de dezembro da Folha⁹, no qual ainda dizia:

5 “Sem-teto invadem prédio e bloqueiam marginal Pinheiros”. Folha de S.Paulo, 07/09/2013, C4.

6 “Protestos em SP acabam em confronto”. Folha de S.Paulo, 15/08/2013, A8.

7 “Cidade tem onda de invasões de sem-teto na gestão Haddad”. Folha de S.Paulo, 09/01/2013, C1.

8 “Após novo protesto, sem-teto ameaçam fazer onda de invasões”. Folha de S.Paulo, 12/12/2013, C3.

9 “Quando o discurso não convence”, Guilherme Boulos. Folha de S.Paulo, 27/12/2013, A3.

“Esse barril de pólvora vinha se constituindo havia anos. As mobilizações de junho mostraram que a organização popular poderia ser uma alternativa (...) Ou os governos apresentam propostas de política habitacional, disponibilizando terrenos, realizando políticas de desapropriações, ou serão atropelados por um processo cuja dimensão ainda não compreenderam”.

A intensificação da mobilização e das ocupações de terra pelo movimento na sequência dos protestos de junho é evidente. Nesse momento, a performance associada ao confronto e marcada pelo bloqueio de vias importantes com pneus em chamas clama por atenção e é destacada pela mídia. Para além de reivindicações próprias à moradia popular, o movimento ainda participa de atos com pautas diversas. A retórica inflamada e ameaçadora no sentido de novas mobilizações e ocupações frente ao “descaso” do poder público parece então contar com mais apelo popular e despertar maior receio nos governantes, depois do ocorrido em junho. Em suma, os atos pela redução da tarifa, a comoção nacional, a conquista, o sentimento despertado entre amplos setores da sociedade de que a mobilização disruptiva pode alcançar seus resultados e, no contexto paulistano, a volta do PT ao poder parecem conformar um ambiente propício para um movimento de moradia aumentar sua capacidade de mobilização. Não obstante, seria apressado deduzir o acúmulo de forças e a repercussão crescente dos atos do MTST de uma conjuntura favorável. A percepção a respeito dessa oportunidade e decisões tomadas por seus militantes são cruciais para entender esse processo.

A compreensão de junho como sintoma das contradições e limites do lulismo acentua no movimento o compromisso de renovar sua organização no sentido de reforçar seu caráter político para além de um mero movimento de massas comprometido com demandas imediatas e de curto prazo. Face à disjunção comum na esquerda entre organizações de base, que lutam por melhorias nas condições de vida, e organizações políticas, movidas por programas estratégicos, caberia ao MTST articular ambas as tarefas. Desafio que não seria novo, mas relevante na medida em que a segunda face da organização era praticamente inexistente. Para desenvolver a dimensão propriamente política do movimento, porém, a saída encontrada não passa propriamente por candidaturas e a formação de um partido político. Pelo contrário, o foco continua na mobilização popular e na luta feita nas ruas e nas periferias. Muito embora a pauta se diversifique e a projeção do movimento e de sua principal liderança para além de sua base ganhe peso até então inédito.

Em outras palavras, os acontecimentos de junho de 2013 aceleram disposições em germe no movimento, mas que estavam longe de ser prioridade para um MTST cuja atuação na sombra do lulismo se restringia a ações concretas e pontuais, com ênfase na dimensão territorial da luta. O acúmulo de forças parecia um processo longo e a posição marginal entre as forças de esquerda condenava o movimento a ser paciente e apostar na luta “por baixo” e contra o Estado. A eclosão de manifestações significativas, além de demonstrar uma disposição importante de mobilização por diferentes segmentos sociais e fortalecer a ideia de que o confronto extrainstitucional tem condições significativas de sucesso, ainda sinalizava um enfraquecimento dos atores que naquele período reivindicavam exclusividade na representação das massas – organizadas ou não. A possibilidade de assumir um maior protagonismo político no campo de esquerda se apresentava. Por outro lado, a forma pela qual a dimensão política da organização seria desenvolvida ainda permanecia incerta e vaga na própria narrativa do movimento.

Não se tratava ainda de atuar “por dentro do Estado”. Mas o acúmulo de forças deveria poder informar decisões dos governos que favoreçam os trabalhadores de forma mais ampla e as demandas mais objetivas do movimento (MTST, s/d). Já não estamos aqui em um registro cristalino da oposição frontal e ideológica ao Estado, mas em uma narrativa carregada de ambiguidades e situada no tempo, pois o protagonismo de força política decorreria também da força social. As mobilizações do MTST passam a almejar, sobretudo, a partir de 2013, um escopo que supera a formação de novos militantes e a conquista de demandas imediatas. Algo a mais desponta no horizonte; do que se trata exatamente e como será alcançado são questões ainda em aberto e cujo caráter demasiadamente vago é apenas reforçado pela reivindicação de “poder popular” (MTST, 2015).

Se 15 aparições na Folha de S.Paulo, no segundo semestre de 2013, era algo relevante em relação ao histórico do movimento, o que dizer das 168 registradas ao longo de 2014? Junho tinha surgido como oportunidade crucial, mas foi pouco significativo se comparado à forma como o movimento se aproveitou do ambiente politicamente conturbado, do ano eleitoral e, sobretudo, da Copa do Mundo de futebol. Em 2014, o MTST deixa de ser mais um movimento social, com atuação significativa na periferia da grande São Paulo, para cavar espaço entre os grandes atores políticos nacionais. Porém, como explicar a ausência de um ator de peso no debate em torno do evento político mais importante do país naquele ano, a eleição presidencial? O cânone anti-Estado, pilar da identidade do movimento, parece que não desaparecera por completo e continuava a condicionar sua prática.

O ano de 2014 prometia ser importante para o MTST. Em 8 de janeiro, uma matéria de página inteira descrevia a ocupação Vila Nova Palestina, que reunia mais de 8 mil famílias e fora criada um mês antes no Jardim Ângela, zona sul de São Paulo¹⁰. Seria a partir do mês de maio, porém, que boa parte das atenções do mundo político do país se voltaria para o movimento. No dia 3, é ocupada uma área, batizada de Copa do Povo, a menos de três quilômetros do estádio onde seria realizada a abertura da Copa do Mundo de futebol. As fotos e a descrição da entrada no terreno em matéria do dia 4 indicam que a imprensa fora convocada, numa clara demonstração de que o impacto midiático era desejado¹¹. Até o dia 9 daquele mês, a cobertura da ocupação seria diária e profunda para os padrões da mídia¹². Nesse dia, aliás, título de reportagem da Folha indicava: “Após invasões, Dilma recebe líder sem-teto”¹³. Mas antes de conversar com a presidente em Itaquera, o movimento havia ocupado as sedes de três empreiteiras ligadas a obras da copa¹⁴. O movimento conciliava ações disruptivas e negociação com a presidência da República. E os atos não cessavam. “Se não houver mais investimentos em moradia, não vai ter abertura da Copa”, ameaçava Boulos em 22 de maio, depois de mobilização com mais de 15 mil pessoas em São Paulo¹⁵. De fato, as manifestações se estenderiam até a semana anterior à abertura e pressionariam os entes públicos a ceder: “Dilma pretende incluir sem-teto no Minha Casa”, noitiava a Folha, no dia 8, sobre inclusão do MTST na modalidade entidades do programa¹⁶. “Governos cedem e MTST promete ficar calmo durante Copa” anunciava reportagem do dia 10, segundo a qual o governo federal subsidiaria as unidades habitacionais a serem construídas na ocupação da zona leste¹⁷.

A cada dia ficava mais evidente o caráter político das manobras do MTST. Em 26 de junho, Boulos se tornava colunista da Folha. Em 17 de julho, o jornal registrava que o movimento havia feito protestos em 30 dias de 2014, sem considerar ocupações de terrenos, e tinha sido recebido por Haddad, Alckmin e Dilma, além de ter contribuído de forma decisiva para a aprovação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, por meio de mobilizações importantes em frente à Câmara Municipal¹⁸. O escopo e as ambições do movimento ganhavam musculatura, como Boulos fazia questão de afirmar ao lembrar à reportagem que o movimento não tem apenas a moradia como objetivo: “sempre defendemos reforma urbana, serviços de qualidade e ampliação de direitos sociais”. No dia seguinte, Reinaldo Azevedo, impressionado com ato do movimento contra a baixa qualidade dos serviços de telefonia móvel nas periferias, previa que “o embrião de um novo partido” despontava¹⁹. No fim do ano, o ex-presidente Lula participava da entrega das chaves do Condomínio João Cândido, em Taboão da Serra, construído por meio da modalidade entidades do MCMV.

10 “Em 1 mês, SP ganha acampamento com 8.000 famílias de sem-teto”. Folha de S.Paulo, 08/01/2014, C4.

11 “Sem-teto invadem terreno particular perto do Itaquerao”. Folha de S.Paulo, 05/04/2014, A11.

12 Entre os dias 4 e 9 de maio, a Folha publicou cinco matérias sobre o movimento, incluindo um perfil e uma entrevista com Guilherme Boulos.

13 “Após invasões, Dilma recebe líder sem-teto”. Folha de S.Paulo, 09/05/2014, A5

14 “Em SP, sem-teto invadem sedes de empreiteiras”. Folha de S.Paulo, 09/05/2014, A4.

15 “Sem-teto reúne 15 mil em SP e ameaça ‘junho vermelho’”. Folha de S.Paulo, 16/01/2014, A4.

16 “Dilma quer incluir sem-teto no Minha Casa Minha Vida”. Folha de S.Paulo, 08/06/2014, A4.

17 “Governo cede e sem-teto prometem trégua”. Folha de S.Paulo, 10/06/2014, A8.

18 “MTST fez protestos em 30 dias de 2014”. Folha de S.Paulo, 17/07/2017, C4.

19 “Lula, Boulos e as fantasias burguesas”, Reinaldo Azevedo. Folha de S.Paulo, 18/07/2014, A13.

O ano 2014 foi, portanto, um marco na elevação da estatura política do MTST. Para além da forte mobilização no contexto da Copa do Mundo, a diversificação de seu repertório, da sua pauta mais visível de reivindicações e a exposição pública como nova referência na esquerda desenhavam a emergência de um novo ator político, cujas relações mais orgânicas com a disputa eleitoral já pareciam para alguns uma mera questão de tempo. Contudo, a narrativa veiculada por seus ativistas ainda era carregada do tom combativo e crítico às instituições representativas e à transformação social por dentro do Estado. Em 11 de maio, em meio à grande repercussão da ocupação Copa do Povo, artigo de Guilherme Boulos, Josué Rocha e Maria das Dores, da coordenação do movimento, publicado na Folha, respondia à pergunta que o intitulava; “O que quer o MTST?”, da seguinte maneira:

“A cidade privada para poucos é a cidade da privação para a maioria. Essa mudança passa por uma profunda reforma urbana, que não virá do Congresso, com seus parlamentares financiados até o pescoço pelo capital imobiliário. Ela vem de baixo. A história dos povos ensina que as transformações são resultado de movimentos populares de massa, que enfrentam as relações de poder constituídas. Chamamos isso de poder popular. É isso que quer o MTST.”²⁰

Em várias de suas colunas na Folha, com efeito, Boulos comentava as eleições de 2014 com ceticismo:

“independentemente de quem sair vencedor das urnas em 6 de outubro - ou num segundo turno - a vitória já tem dono. Ou melhor, donos. Os mesmos de sempre: JBS Friboi, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Bradesco, Odebrecht, OAS, Itaú, Camargo Correia e afins” (Boulos, 2015b: 79).

Após a vitória de Dilma, Boulos reforçava sua descrença quanto à possibilidade de transformações efetivas por dentro do Estado. A retomada de uma agenda de reformas populares, segundo ele, “não se dará por iniciativa nem vontade do PT, mas pela polarização das ruas e pelo fim de um ciclo econômico” (idem: 90). Não se tratavam de comentários isolados, mas acompanhavam posicionamento que ele compartilhara publicamente ao longo do ano. Em entrevista de janeiro, por exemplo, ele criticara fortemente o PT, cujo projeto não seria popular, mas representante “dos interesses do capitalismo brasileiro”²¹. Perguntado, em entrevista à TV Estadão de 5 de julho de 2014, a qual partido pertencia, Boulos foi taxativo:

“Não sou de partido algum. O MTST preza profundamente pela sua autonomia política. O MTST não tem vínculo partidário, o que não quer dizer que não tenha posição política. Temos posições políticas bem claras. No entanto, não achamos que política se faça apenas dentro das instituições ou dentro de partidos políticos. Política pode ser feita na rua, nas bases, nas comunidades, nos movimentos populares.”²²

A disputa institucional parecia, então, longe do horizonte do MTST e sua narrativa enfatizava isso com vigor. Ao se tornar um ator relevante no cenário político nacional, capaz de dialogar com agentes públicos, pressionar por demandas ligadas à moradia, mas também influenciar decisões mais amplas como a aprovação e contornos específicos do Plano Diretor de São Paulo, o movimento reivindicava um caráter político, mas sem sugerir nenhum envolvimento direto com eleições. O *frame* crítico ao modelo petista de transformação via Estado ainda poderia servir para descrever a prática e o discurso

20 “O que quer o MTST”, Guilherme Boulos, Josué Rocha e Maria das Dores. Folha de S.Paulo, 11/05/2014, A3.

21 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=X8JKKYyxZ8o>, acessado em 08/01/2018

22 Disponível em <http://tv.estadao.com.br/politica,lider-do-mtst-guilherme-boulos-diz-que-projeto-e-maior-do-que-luta-por-moradia,146958>, acessado em 08/01/2018

do movimento. Mas a complexidade do mundo real exigia dele métodos heterodoxos, que incluíam desde a articulação com atores permeados por vínculos político-institucionais até a negociação com agentes do Estado.

O ano de 2015 é emblemático para a tensão que orienta a ação e o discurso do MTST. No primeiro semestre, é enfática a narrativa em prol da luta por baixo e por fora do Estado. No dia 19 de março, em que o movimento promove atos em sete estados, o coordenador Josué Rocha afirmava que “precisamos de uma intervenção popular, não militar”²³, em referência à mobilização de setores de extrema direita insatisfeitos com o resultado eleitoral do ano anterior. No prefácio do livro que reunia suas colunas publicadas até então na Folha, Guilherme Boulos expressava, mais uma vez, sua discordância com o lulismo e com a prioridade outorgada à disputa eleitoral:

“No campo da tática, a maior lição que a experiência petista nos deixa é que afundar-se na disputa institucional sem apostar na organização de base e na mobilização popular é um caminho de adaptação. A esquerda precisa retomar sua capacidade de mobilização, estando onde o povo está e assumindo suas lutas concretas.” (Boulos, 2015b: 14).

Não obstante, o movimento participou ativamente dos atos contra o impeachment e em “defesa da democracia”, embora sua narrativa histórica tendesse a descrever o sistema político brasileiro como pouco - ou nada - democrático. O posicionamento crítico ao impeachment e em defesa da permanência de Dilma na presidência, porém, não se deu de forma cristalina e ilustrou de forma contundente a ambiguidade da narrativa do MTST no período. Foi notável, com efeito, seu esforço em opor-se ao golpe parlamentar ao mesmo tempo em que pontuava críticas ao governo petista e ao ajuste fiscal então praticado. Em 19 de agosto, Boulos afirmava que o movimento não aceitava que ato do qual participaria tivesse como bandeira exclusiva a defesa do governo e da democracia: “Atrrelamento partidário não ajuda. As manifestações são por pautas amplas e populares, compartilham de uma insatisfação com o sistema político”²⁴. Com efeito, a participação efetiva em atos contrários ao impeachment foi temperada com críticas a Dilma, ao PT e justificada por denúncias de conservadorismo e oportunismo por parte de Cunha e Temer e pela ideia de que embora o governo de Dilma fosse indefensável, a posse do vice seria “ainda pior para os trabalhadores”. Por mais razoável que se julgue a postura adotada, chama a atenção o contraste que ela representa em relação a manifestações citadas acima sobre o processo eleitoral.

A ambiguidade da narrativa do movimento se manifesta tanto na defesa do governo Dilma quanto na defesa da estabilidade e do respeito às regras de um jogo cuja natureza democrática era contestada. A Cartilha do Movimento, reeditada no fim daquele ano, retrata com precisão a ambivalência e a tensão presentes na retórica apresentada. Na sua primeira parte, pode-se ler:

“O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. (...) Podemos resumir esta meta na seguinte ideia: construção de poder popular. (...) Na prática, isso significa estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado.” (MTST, 2015: 5).

23 “Grupos de sem teto realizam protestos em sete estados”. Folha de S.Paulo, 19/03/2015, A8.

24 “Crítica a impeachment divide líderes de ato”. Folha de S.Paulo, 20/08/2015, A10.

Por outro lado, a mesma cartilha registra a necessidade de construir alianças para alcançar tais objetivos e, desse modo, a importância da criação da frente Povo Sem Medo. É fundamental, segundo o documento, articular relações com outros movimentos populares, sindicatos e “organizações que defendam os mesmos objetivos que os nossos, sejam partidos políticos, igrejas, grupos culturais etc. Por isso construímos o Povo Sem Medo, frente que reúne várias organizações aliadas a partir de objetivos comuns, principalmente um programa de Reformas Populares para o Brasil.” (Idem: 10). A lista inclui as reformas tributária, política, urbana e agrária ao lado da democratização dos meios de comunicação e da auditoria da dívida pública (idem: 11).

Ou seja, enquanto os “Princípios para um regimento interno nacional” enfatizam que “nenhum militante pode sair candidato a cargos no Executivo ou Legislativo” (idem: 15), a Frente Povo Sem Medo é lançada por iniciativa do MTST com a intenção explícita de incidir sobre a estrutura político-institucional. Da mesma forma, o movimento participa ativamente da defesa do governo Dilma contra ameaças de impeachment. Não se trata, aqui, de situar a virada estratégica do movimento entre o primeiro e o segundo semestres de 2015. Em coluna publicada em 5 de fevereiro de 2015, Boulos criticava a desigualdade provocada pelo neoliberalismo e afirmava que “as lutas de resistência popular pelo mundo trazem novos ventos e anunciam que poderá chegar o dia em que serão 99 contra 1” (Boulos, 2015b: 106). Críticas ao neoliberalismo, aliás, teriam levado “300 mil às ruas de Madri na semana passada em apoio ao Podemos. Foram elas também que elegeram o Syriza na Grécia” (idem). Já no segundo semestre, a postura contrária ao impeachment não apontava para um projeto voltado à tomada das instituições pelo voto, mas se apoiava no argumento de que um governo Temer seria ainda pior para os trabalhadores. Enquanto o movimento consolidava sua posição como ator político no cenário nacional, a ambiguidade de sua narrativa marcava a postura adotada em relação ao governo Dilma, ao impeachment e ao apreço pela democracia parlamentar. Idas e vindas descrevem melhor o processo do que a imagem de um caminho linear que rompe com o repertório tradicional e avança no sentido das instituições e da representação.

Em 2016, porém, a narrativa do MTST parece evoluir com mais rapidez a favor de um projeto de esquerda que, apesar de amparado prioritariamente na luta e na mobilização social “por baixo”, envolva a disputa institucional e a condução de reformas “por cima”. O desempenho significativamente ruim do PT nas eleições municipais de outubro daquele ano reforça esse movimento e abre uma avenida de oportunidade rumo à criação de uma nova força política em que as eleições ocupem um lugar central, mas reiteradamente apontado como secundário.

Em relação ao processo de impeachment, a posição do MTST continua marcada pela ambiguidade na defesa do governo petista. Enquanto Boulos é convidado a participar do renovado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e participa de ato em apoio a Lula e Dilma em meio à proibição da nomeação do ex-presidente ao Ministério da Casa Civil²⁵, o movimento não deixa de criticar medidas do ajuste fiscal e de pressionar por demandas vinculadas à moradia. Em 7 de março, ele divulga manifesto apontando protestos, bloqueios de vias e novas ocupações contra o governo, sugerindo que a agenda da direita deveria ser “enfrentada na rua, com radicalidade”, uma vez que ela havia sido encampada pela gestão Dilma e não restavam esperanças de uma “guinada à esquerda” por parte do governo²⁶. No dia 25 do mesmo mês, a Folha noticiava: “Ato sem teto critica Dilma, mas condena impeachment” e Boulos afirmava: “estamos na rua para deter uma ameaça à democracia, que também é um golpismo. O que vivemos hoje no país é autenticamente um golpe sem militares nas ruas, mas que ataca as liberdades democráticas e direitos sociais”. Isso ao mesmo tempo em que se pressionava de forma contundente o governo pelo lançamento da terceira fase do Minha Casa Minha

25 “Esquerda faz ato de apoio a Lula e Dilma em SP”. Folha de S.Paulo, 17/03/2016, A12.

26 “MTST promete radicalizar contra Dilma”. Folha de S.Paulo, 07/03/2016, A5.

Vida²⁷. Na reta final do processo, o movimento, porém, participa de acampamento no Largo da Batata²⁸, de atos conjuntos com a Frente Brasil Popular e segue mobilizado contra o impeachment e o governo Temer, conectando o processo com sua luta mais imediata. Matéria de 29 de abril da Folha era ilustrada com faixa do MTST em que se pode ler: “não queremos golpe, queremos moradia” e Boulos ameaçava: se o golpe se confirmasse, bloqueios de via virariam rotina²⁹.

Ao mesmo tempo em que radicaliza a oposição a Temer e vincula a mobilização contra o novo governo com demandas objetivas do movimento, como quando se manifesta contra cortes do Ministério das Cidades³⁰, o MTST se aproxima de atores e de processos fortemente ligados à disputa institucional. Em 8 de julho, por exemplo, Dilma visita a ocupação João Cândido em ato chamado de “mulheres com Dilma em defesa da democracia”³¹. O fenômeno fica mais visível ainda em meio às eleições municipais daquele ano. Se em 2014 o movimento tinha ocupado posição marginal nos debates relacionados às corridas eleitorais, em 2016 ele não foge do tema e participa de forma menos envergonhada do que se poderia imaginar. Em 6 de agosto, perguntado se o MTST apoiaria algum candidato em São Paulo, Boulos afirma que o grupo ainda discutiria apoios, mas admite afinidade com Erundina: “O MTST tem uma identidade forte com Erundina e entende que o momento é de fortalecer alternativas de enfrentamento à direita”³². No dia 29, o jornal registra visita de Haddad à ocupação Vila Nova Palestina. A coordenadora Jussara Basso, na ocasião, diz que “Gostaria de agradecer os acordos firmados [com a gestão] que foram cumpridos e pedir para que o senhor [Haddad] reforce aqui os acordos que temos”³³. No dia 27 de setembro, uma matéria sobre as eleições de Porto Alegre lista, entre os apoios recebidos por Luciana Genro, o de “Guilherme Boulos, do MTST”³⁴.

É ao fim do segundo turno daquelas eleições, porém, que o processo de entrada do movimento no universo político-institucional parece ter se acelerado. Devido, sobretudo, às circunstâncias. O desempenho do PT e da esquerda em geral denota o desgaste das forças partidárias desse campo, especialmente corroído, no caso petista, pelos escândalos de corrupção revelados pela operação Lava Jato e a situação crítica da economia nacional. Artigo de Natuza Nery na Folha de 31 de outubro resumia um diagnóstico generalizado:

“Até aqui hegemônico, o PT fez despencar o desempenho da esquerda no Brasil (...) O PT respira por aparelhos. O PSOL deixou as urnas como força residual. (...) As duas principais organizações que floresceram com a crise política iniciada em 2014, a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, dialogam entre si, mas têm ambições distintas.”³⁵

Vinte dias mais tarde, o mesmo jornal noticiava, na coluna Painel, dedicada a bastidores do mundo político, que “a articulação do novo partido de esquerda que alas do PT e do PSOL discutem com MTST é paralela à formação de uma frente ampla nos moldes da uruguaia”³⁶. Ou seja, se a derrocada do PT como ator hegemônico na esquerda representava uma oportunidade para a emergência de uma renovada força política, de corte popular e reputação ilibada, e o MTST fosse apontado por analistas e

27 “Ato de sem-teto critica Dilma, mas condena impeachment”. Folha de S.Paulo, 25/03/2016, A6.

28 “Ao relento no impeachment”. Folha de S.Paulo, 15/04/2016, A13.

29 “MTST faz protestos contra impeachment”. Folha de S.Paulo, 29/04/2016, A8.

30 “Moradia, a primeira vítima de Temer”, Natalia Szermeta, Sérgio Farias e Vitor Guimarães. Folha de S.Paulo, 23/05/2016, A3.

31 “Mulher não cede”, afirma Dilma, ironizando renúncia de Cunha”. Folha de S.Paulo, 09/07/2016, A6.

32 “Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo”. Folha de S.Paulo, 07/08/2016, A11.

33 “Haddad corteja sem-teto e celebra parceria”. Folha de S.Paulo, 29/08/2016, A8.

34 “Luciana Genro tem campanha pop na internet e sumiço na televisão”. Folha de S.Paulo, 27/09/2016, 4.

35 “Esquerda tem pouco tempo para buscar união”, Natuza Nery. Folha de S.Paulo, 31/10/2016, A16.

36 Coluna “Painel”, Folha de S.Paulo, 21/11/2016.

ativistas como uma organização em boas condições de fazê-lo, o movimento via sua força e sua credibilidade inerentemente vinculadas à organização territorial e à luta direta. Ademais, uma identidade e princípios construídos em torno dessa prática, assim como de um discurso crítico ao jogo eleitoral, constrangeriam a entrada imediata na disputa pelo poder institucional. O imperativo moral, de que fala Polletta (2006), de uma narrativa cujo início remete ao desamparo das populações periféricas e o fim ao poder popular alcançado por meio de organização e luta direta contra o Estado cercava de cuidados a criação de um novo partido. Perguntado por Mario Sergio Conti, no fim daquele ano, sobre a entrada num partido político, Boulos responde:

“Não, não. Para mim isso não está colocado, hoje. Precisamos pensar alternativas políticas. Mas elas precisam passar pelo crivo de um ciclo de mobilização social. (...) Você pega o PT: nos seus primórdios, ele deu gás para um projeto de esquerda que saiu de movimentos de base, do campo, da cidade; surgiu desse caldo e depois impulsionou um projeto. (...) E a maioria dos partidos populares, de esquerda, relevantes no mundo não saíram de opções de intelectuais que chegam a verdades programáticas, eles surgem de um caldo social. Temos o desafio de ampliar esse caldo social na resistência de ataques brutais e ao mesmo tempo fazer isso pensando o que seria a referência de um novo projeto de esquerda”³⁷.

Enquanto negava a entrada em um partido naquele momento, Boulos não rejeitava completamente a criação de um outro. Embora dependente de um “ciclo prévio de mobilização social”. Ou seja, a rejeição da disputa institucional imediata era conciliada com uma narrativa de novo tom, em que eleições apareciam num horizonte visível. Na mesma entrevista, Boulos se mostra preocupado com a “crise de representatividade” pela qual passaria ao Brasil. Segundo ele, duas saídas se anunciavam. Uma seria perigosa, semelhante à tomada pelos EUA, em que “um aventureiro com discurso intolerante” canalizou a insatisfação com a política. Outra, virtuosa, seguiria os rumos da Espanha, em que a mobilização dos indignados permitiu a criação do Podemos, “um partido que soube ter sintonia com o ativismo de rede, com novos movimentos e dessa maneira conseguiu construir um projeto claro contra-hegemônico e de esquerda”. No Brasil, o desafio seria de “renovar a nossa esquerda, mas isso precisa estar em sintonia também com um projeto que vem de baixo”.

O problema deixa de ser a representação e passa a ser a sua própria crise. A referência deixa de ser os piqueteiros e passa a ser um partido político. A evolução da narrativa a levou, parece, para longe do que era em 2013, ou mesmo 2015. Estaríamos diante de um novo *frame* a orientar a ação e o discurso do MTST?

Mudança Incremental: Princípios e Identidade Preservados na “Nova” Narrativa

“PSOL, petistas e movimento de sem-teto discutem plano para esquerda”, registrava a Folha de S.Paulo em 20 de junho de 2017. Com a participação de quadros do PT e do PSOL e “realizada a convite do MTST, de Guilherme Boulos, e da Frente Povo Sem Medo (...) ficou acertada a organização de debates públicos e via internet para elaboração de programa de governo a partir do segundo semestre”³⁸. Estaria em discussão, segundo a matéria, um “programa mais à esquerda”, que fosse “além dos governos petistas”. Para os setores do PT incluídos no debate, despontavam como opções “a criação de um partido com Boulos e a migração para o PSOL”. Menos de dois meses depois, o jornal registrava: “Grupos de esquerda iniciam debates pelo país e lançam site”³⁹. Tratava-se da plataforma digital e do

37 Realizada em 24 de novembro de 2016, a entrevista está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cqZE1X-biYvU>, acessada em 16/01/2016

38 “PSOL, petistas e movimento de sem-teto discutem plano para a esquerda”. Folha de S.Paulo, 20/06/2017, A11.

39 “Grupos de esquerda iniciam debates pelo país e lançam site”. Folha de S.Paulo, 14/08/2017, A12.

ciclo de debates batizado de “Vamos”, que, apesar de não ser “pautado pelo calendário eleitoral”, segundo os organizadores, surgia com o propósito de preparar o terreno para uma entrada “por baixo” e pela via da participação direta no tabuleiro político-institucional. Conforme Boulos, o que estava colocado era “discutir projeto para o próximo período, de 10, 20 anos. Nós temos uma crise do país e da esquerda, precisamos de uma discussão honesta, sem tabus”.

Em vídeo publicado pela Mídia Ninja⁴⁰, em julho, Boulos apresentava o Vamos da seguinte maneira: “Nós vivemos uma profunda crise de representação. As instituições da República estão se esfacelando aos olhos de todo o povo, abrindo, inclusive, os perigosos caminhos da antipolítica e de saídas antidemocráticas (...) Nós precisamos construir um campo amplo para enfrentar Temer, as suas reformas, as saídas antidemocráticas e o Estado de exceção”. E acrescentava: “a política transformadora se faz também nas eleições, no parlamento, mas se faz, sobretudo, nas ruas, com organização de base e mobilização popular”. Ensaia-se uma articulação improvável entre a preservação de certa ordem institucional em crise e um projeto político alternativo à concertação lulista: “Nós não vamos construir novos caminhos apostando na destruição (...) É preciso reconhecer avanços, mas todos nós sabemos que para pensar o futuro, precisamos superar limites e contradições. Não há mais condições para novos avanços sem conflitos”. Para além de um programa radical de enfrentamento, porém, a participação popular era considerada primordial - e o Vamos anunciava isso.

Embora fosse evidente a entrada iminente no universo eleitoral, a redefinição da estratégia e das táticas do MTST não poderia ser apresentada de forma abrupta. E não somente em função do seu discurso histórico, mas também do contexto de desconfiança profunda nas instituições e em seus operadores. Para além do lastro na melhora objetiva da vida dos trabalhadores, o processo amparou-se também na própria história do movimento. A disputa eleitoral seria, portanto, um desdobramento “natural” da ação prioritariamente conduzida em confronto com o Estado. Algo que fica muito evidente no livro *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. Nestes dois trechos, a frente Povo Sem Medo (PSM), por exemplo, surge no rastro da tradição aglutinadora do movimento e como mais um instrumento de luta popular:

“Já em 2006, por exemplo, faziam-se reuniões com outras forças com o objetivo de criar uma plataforma comum entre movimentos sociais do campo e da cidade, sindicatos, estudantes etc. É a partir do crescimento do Movimento, no fim da década de 2000, que temos dois tipos de desdobramentos: uma maior participação do MTST nos processos de construção de unidade da esquerda e a nacionalização mais orgânica do movimento. (...) Mais recentemente, a Frente Povo Sem Medo tornou-se mais uma empreitada iniciada pelo MTST (...) buscando construir um outro destino para as maiorias em nosso país, em diálogo franco e aberto com setores diversos, sem purismos abstratos, sempre na perspectiva da luta e da mobilização social.” (Simões et al., 2017: 37-38).

“Torna-se um desdobramento natural desse processo [golpe, reformas, crise petista] a criação da Frente Povo Sem Medo, como expressão da reconfiguração do campo popular e da esquerda. (...) [Ela] se lança como ferramenta para radicalizar a democracia e a participação popular por reformas estruturais, como a democratização das comunicações, a reforma tributária progressiva e um controle social do poder judiciário, bem como profundas reformas agrária e urbana.” (Idem: 119).

O caráter participativo e afeito aos interesses populares afasta da PSM e do Vamos qualquer interpretação que os aponte como pontos de inflexão da origem, da trajetória e dos objetivos do MTST:

40 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cidBPS6qVis>, acessado em 16/01/2018

“Para o MTST e a Frente Povo Sem Medo, abre-se um momento histórico importante: o de construir um programa a partir da perspectiva das maiorias do Brasil. (...) A partir dessa ideia é que se forja o ‘Vamos!’, um desdobramento programático da existência exitosa da Povo Sem Medo. (...) Caberá aos movimentos populares a tarefa de atualizar a política nacional, articulando-se com as forças políticas e sociais atuantes, e também em diálogo aberto com os trabalhadores e trabalhadoras que hoje estão ‘desorganizados’, para oferecer uma alternativa que apresente soluções no curto prazo e que projete para o futuro um novo modelo de organização econômica, política e social.” (Idem: 123-24).

A ampliação da luta - ou a incorporação da disputa eleitoral no repertório de ação do MTST - cuja clareza é reforçada naquele momento com as especulações em torno da candidatura de Boulos à presidência em 2018, não implica uma transformação substantiva da maneira pela qual o movimento explica a realidade e sua atuação. O mundo é complexo para uma interpretação sustentada em opções binárias de luta por fora do Estado ou de transformações alcançadas por meio dele. A narrativa do MTST, com efeito, é permeada pela mesma ambivalência que Polletta (2006) identificou na luta de ativistas negros nos EUA dos anos 1960. Na linguagem veiculada por eles, a palavra “espontaneidade” significava, ao mesmo tempo, mobilizações voluntárias e involuntárias. A ambiguidade era, então, crucial para a narrativa, pois livrava o movimento da acusação de influência externa e favorecia o engajamento e a identificação de potenciais ativistas com a estória. Assim, no lugar de um *frame* cristalino e apoiado numa identidade com contornos bem definidos, uma narrativa composta por palavras com mais de um sentido e aberta a interpretação pode favorecer o movimento e dar mais coerência a escolhas à primeira vista contraditórias. A crítica à democracia representativa mobilizada historicamente pelo MTST não excluía, necessariamente, qualquer engajamento com a disputa institucional. Da mesma maneira, uma narrativa renovada e movida pela ambivalência torna a familiar virtude da luta direta mais complexa e aberta à criação. O que se dá de diversas formas. Pela reinterpretação da história do movimento e de avaliações acerca dos constrangimentos e oportunidades colocados pela conjuntura. Mas também da prioridade que o MTST outorgou historicamente à garantia de direitos, a despeito de qualquer interesse eleitoral.

Às vésperas da candidatura presidencial de 2018, Boulos era enfático ao questionar a centralidade que a esquerda deve dar à chegada ao poder por meio do voto. Em entrevista de 17 de outubro de 2017, ele afirmava:

“Se a esquerda aprendeu alguma coisa com o golpe que levou é que ganhar eleição só não resolve. A Dilma ganhou eleição. Adiantou? Governou? Ganhar eleição sem ter força social, sem caldo programático, sem mobilização e organização popular não é suficiente. Isso não significa excluir participação eleitoral. Mas isso não pode ser o foco.”⁴¹

O foco tem de ser o recurso à participação efetiva da sociedade. O problema da governabilidade, que o lulismo resolveu pelas concessões às elites políticas e econômicas, deve ser enfrentado por constante organização e mobilização popular, diria o candidato do PSOL ao longo da campanha de 2018. Frente à desconfiança generalizada com o *modus operandi* e os atores tradicionais da democracia representativa, aliás, um modelo de ação política amplamente apoiado na ação direta dos governados contra seus representantes ganhou o coração de parte importante dos eleitores brasileiros. Não é absurdo pensar que

41 Disponível em <http://tv.estadao.com.br/politica,lider-do-mtst-critica-candidatura-de-bolsonaro,806751>, acessado em 16/01/2018

a candidatura e o subsequente governo de Jair Bolsonaro recorreram ambos à participação extrainstitucional de sua base, quer seja por meio de atos de rua ou de ação coordenada em redes sociais, como expediente político e de gestão. Comparação que é despropositada em termos ideológicos, mas que reforça as ambiguidades que atravessam a prática política de organizações como o MTST.

Como notou Polletta (1998), o encadeamento de *plots* que compõem uma narrativa é raramente articulado de forma lógica e consequencial. É comum, ao contrário, que ele obedeça a fatores de ordem afetiva e moral que estruturam uma estória e acabam por limitar de alguma forma a margem possível de ação. Sem que isso restrinja por completo sua capacidade de sustentar novas práticas frente à evolução das circunstâncias. No caso do MTST, é nítido como a narrativa do movimento sempre foi organizada em torno do protagonismo do povo e da luta direta como meio primordial para a transformação social. Com efeito, no ano em que o percurso rumo à política partidária e à representação mediada pelo voto ganharam contornos mais evidentes, protestos e ocupações não foram negligenciados. Por mais de 20 dias, entre fevereiro e março de 2017, um acampamento permaneceu em frente ao escritório da presidência da República, na Avenida Paulista, em São Paulo, para reivindicar a liberação de contratações da faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. O MTST ainda desempenhou papel determinante na condução de protestos contra as reformas trabalhista e previdenciária, que incluíram uma greve geral em diversas cidades brasileiras. As ocupações de terrenos, por sua vez, não cessaram. A mais emblemática delas foi a “Povo Sem Medo de São Bernardo”, que chegou a ter uma apresentação de Caetano Veloso proibida pela justiça. O compromisso com a luta disruptiva das camadas populares não dava sinais de arrefecimento.

De fato, as iniciativas mais amplas em termos de alianças e mais ousadas em termos de alcance político-institucional do movimento demonstram preocupação em exaltar a participação popular como um imperativo estratégico, mas também moral, para qualquer projeto. Um pequeno panfleto sobre a organização dos “Bairros Sem Medo” - espécie de núcleos comunitários - de 2017 revela como a articulação entre participação e representação é feita com cuidado retórico. Ao mesmo tempo em que aponta para os riscos do “descrédito total com o sistema político” e do discurso de ódio que o acompanha (Frente Povo Sem Medo, Bairro Sem Medo: 1), o documento alega que a construção da Povo Sem Medo “busca agregar gente de todo o país pautada sempre pelos princípios da autonomia política, trabalho de base constante e mobilização popular” (idem: 2). De um lado, afirma-se a necessidade de resistir ao desmonte feito pelos setores que se apoderaram do controle político do Estado - sugerindo a disputa dele. Por outro, o lastro de legitimidade que sustenta esse movimento é o compromisso com a luta com o povo e por fora das instituições. A ambiguidade da narrativa empregada seria dificilmente melhor exemplificada do que na seguinte frase: “Quando despertamos para a luta do nosso dia a dia, começamos a entender também a importância de lutar pela política de nosso país” (idem: 3). Em outras palavras, a importância da disputa pela política - assumida como restrita à esfera institucional - torna-se clara quando nos damos conta de que a política também ocorre fora das instituições do Estado.

Ilustração relevante encontra-se também nas resoluções finais da plataforma digital do Vamos. No eixo chamado “Democratização do poder e da política”, destacam-se medidas voltadas para a ampliação da participação direta no sistema político e que limitam a independência dos representantes eleitos, tais quais: convocação de plebiscitos; submissão de emendas constitucional a referendos populares; possibilidade de revogação dos mandatos; e criação de conselhos populares territoriais e temáticos com poder deliberativo, entre outras. Por outro lado, a defesa do voto em lista fechada aponta para um compromisso com instituições representativas fortes, num sinal de que mais participação e melhor representação caminham juntas no programa elaborado pela Povo Sem Medo.

No momento em que a representação eleitoral invade a narrativa do MTST, portanto, o discurso de seus membros continua fortemente voltado para a participação popular e a luta direta. A decisão acerca da candidatura presidencial deveria considerar a medida em que ela poderia contribuir para os objetivos prioritários do movimento. A saber, o avanço das negociações por moradia com diferentes esferas do poder público e uma transformação substantiva da sociedade brasileira. E esse espírito ambivalente da organização, que se esforça para articular os mundos político e social, deveria pautar uma entrada, permeada de tensões, na disputa eleitoral.

Conclusão

O esforço exploratório conduzido neste texto oferece indícios de que, a despeito de transformações estruturais terem favorecido o deslocamento do MTST na direção da política institucional, não é razoável afirmar que ele foi empurrado pelas circunstâncias a adotar outro repertório de ação e, assim, forçado a readequar seu discurso. A disposição por reforçar o caráter político da organização, embora constantemente sujeita a contingências internas e externas, esteve sempre presente e poderia, eventualmente, desembocar na disputa eleitoral. Fatores como a capacidade de organização e mobilização, as crises econômica e política, a instabilidade institucional e o enfraquecimento de outras forças contribuíram, de forma inegável, para o processo descrito. O protagonismo assumido pelo MTST, contudo, é combinado com um esforço contínuo em combinar a incidência político-institucional à luta “por baixo” e “por fora”, entendida como imperativo político. É evidente, portanto, a interação entre cultura e estratégia na definição dos objetivos e da estratégia do movimento, quando os cânones que estruturaram sua narrativa esbarram em uma oportunidade única no sentido da transformação social pela via institucional.

Não é conveniente, por fim, pensar a evolução do MTST como um pêndulo que parte do polo da participação e se desloca de forma tortuosa ao polo da representação, como poderia sugerir uma análise teoricamente apoiada na categoria do *frame* e informada por uma oposição normativa entre os dois repertórios de disputa política. A incidência objetiva sobre a estrutura institucional, inclusive mediada pelo voto, nunca esteve completamente ausente na retórica do movimento, da mesma forma como hoje ela é encarada como um desdobramento natural da história e subordinada à sua capacidade de mobilização extrainstitucional. A ambiguidade presente nos dois momentos traduz uma transformação incremental e reflexiva que marca um processo satisfatoriamente compreendido por meio do conceito de narrativa, de Francesca Polletta (2006). Ambiguidade, aliás, que permite manter abertos os princípios que sustentam esquemas interpretativos comprometidos com a participação ou a representação. Se até meados de 2013 o movimento prezava por apontar os limites da democracia representativa, a narrativa que ele tem mobilizado, nos últimos anos, conseguiu desestabilizar importantes enquadramentos interpretativos em que a participação surge como única prática possível na democracia. É evidente que os cânones e a identidade do movimento constroem uma práxis mais plural, mas eles se mostraram suficientemente permeáveis à renovação do seu repertório de ação e às escolhas estratégicas que sustentaram, entre outras medidas, o envolvimento na corrida presidencial de 2018. As saídas provisórias encontradas até aqui estão longe de expressar uma receita definitiva para a articulação de práticas percebidas como antagônicas e as tensões entre elas tendem a se renovar a cada dia. De todo modo, a ambiguidade tem se provado uma boa receita.

Referências:

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, 2014, pp. 325-357.

BENFORD, Robert D. e SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, 2000, pp. 611-639.

BOULOS, Guilherme. *Por Que Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo, Autonomia Literária, 2015.

_____, *De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2015.

Frente Povo Sem Medo. *Bairro Sem Medo*. S/d.

GAMSON, William A. *Talking Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

GOFFMANN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOULART, Débora C. *O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST*. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Unesp, 2011.

_____, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: projeto político, avanços e limites. In: DA SILVA, Hélio Alexandre (org.) *Sob os olhos da crítica: reflexões sobre democracia, capitalismo e movimentos sociais*. Macapá, Unifap, 2017.

HUTTER, Swen, KRIESI, Hanspeter e JASMINE, Lorenzini. Social Movements in Interaction with Political Parties. In: SNOW, David A., SOULE, Sarah A., KRIESI, Hanspeter e McCAMMON, Holly (Orgs.) *The Wiley Blackwell Companion to Social Movements 2nd Edition Revised and Expanded*. Malden, MA, Blackwell Publishing Ltd, 2018.

LACLAU, Ernesto e Mouffe, Chantal. *Hégémonie et stratégie socialiste*. Paris: Les Solitaires Intempetifs, 2009.

McADAM, Doug, TARROW, Sidney e TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. New York, Cambridge University Press, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. Relatório da reunião nacional do MTST. São Paulo, 2009, Mimeo.

_____, Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - Construindo o poder popular. São Paulo. s/d. Mimeo.

_____, Cartilha de Princípios, 2015.

POLLETTA, Francesca. 'It Was Like a Fever...' Narrative and Identity in Social Protest. *Social Problems*, v. 45, n. 2, 1998, pp. 137-159.

_____, *It Was Like a Fever: Storytelling in Protest and Politics*. Chicago, University of Chicago Press, 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o "enquadramento interpretativo" no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, 2017, pp. 143-164.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; e RAFAEL, Rud. *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo, Autonomia Literária, 2017.

Recebido em: 30/09/2019

Aprovado em: 28/03/2021

Como citar este artigo:

SCERB, Philippe. A narrativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto entre a ação direta e a disputa eleitoral. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 654-671.